

ESTUDO SOBRE AS PERCEPÇÕES E IMPACTOS DO COVID-19 PARA OS GESTORES DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO DA REGIÃO DE BRAGANÇA PAULISTA/SP

Tax planning in practice: corporate reorganization in two Brazilian industrial companies

Djalma Antonio Musetti Junior¹
Djair Picchai

RESUMO

Este estudo busca analisar quais são as percepções e impactos causados pelas restrições ao funcionamento das empresas em decorrência da pandemia do COVID-19, a partir do ponto de vista de gestores e proprietários de 30 micros e pequenas empresas da região de Bragança Paulista/SP. Este é um momento que traz muitos desafios para as empresas e em suma todas foram impactadas negativamente pela pandemia, mas as micro e pequenas empresas estão sendo particularmente mais afetadas nesse momento. Diante da realidade foi desenvolvido um estudo exploratório encaminhados questionários para 30 empresas, dos setores de comércio, indústria e prestação de serviços. Grande parte das dificuldades enfrentadas se explica pelo desconhecimento e ausências de planos de contingência e a falta de capital, além das dificuldades de acesso a financiamentos. Muitas dessas empresas têm toda a sua gestão centralizada na figura do proprietário e muitas vezes sequer possuem sistemas de informação, o que tem dificultado a adesão para sistemas de vendas online, justamente em um momento que deveriam buscar como alternativa para contornar as medidas de isolamento social impostas para conter a propagação do coronavírus.

Palavras chaves: COVID-19; Impactos; Dificuldades; Micro Empresas.

ABSTRACT

This study seeks to analyze what are the perceptions and impacts caused by restrictions to the operation of companies because of the COVID-19 pandemic, from the point of view of managers and owners of 30 micro and small companies in the region of Bragança Paulista/SP. This is a time that brings many challenges for companies and in short all have been negatively impacted by the pandemic, but micro and small companies are being particularly affected at this time. In view of the reality, an exploratory study was developed, and questionnaires were sent to 30 companies from the commerce, industry, and services sectors. Most of the difficulties faced can be explained by the lack of knowledge and absence of contingency plans and the lack of capital, in addition to the difficulties in accessing financing. Many of these companies have all their management centralized in the figure of the owner and often dry out have information systems, which has made it difficult to adhere to online sales systems, precisely at a time that they should seek as an alternative to circumvent the social isolation measures imposed to contain the spread of the coronavirus.

Keywords: COVID-19; Impacts; Difficulties; Small Business.

¹ Autor correspondente: Djalma Antonio Musetti Junior – E-mail: djasistemas@gmail.com

INTRODUÇÃO

Quando a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março de 2020, passou a considerar o surto causado pelo novo coronavírus, cientificamente conhecido como síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2), como uma pandemia global (CUCINOTTA e VANELLI, 2020). O vírus foi detectado pela primeira vez em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, China, sabe-se que esse vírus causa uma doença que pode variar de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves, que foi denominada COVID-19. A notificação do primeiro caso de COVID-19 no Brasil foi registrada no dia 21 de fevereiro de 2020 (GORBALENYA, 2020), em Bragança Paulista o primeiro caso confirmado foi registrado em 25 de março de 2020, segundo dados do boletim informativo da secretaria municipal de saúde.

A propagação da doença tem causado respostas fortes e inéditas por parte dos países afetados, medidas que incluem desde fechamento de fronteiras até a quarentena de populações inteiras, medidas essas que visam desacelerar o ritmo exponencial de contágio, mas que trazem grandes efeitos econômicos e sociais.

Dessa forma é importante entender como as micro e pequenas empresas (MPEs) da Região Bragantina estão lidando com as interrupções econômicas resultantes do COVID-19? Foi realizado uma pesquisa com 30 proprietários e gestores dessas empresas. A pesquisa se concentrou em avaliar (1) o nível atual de fragilidade financeira, (2) se possuem ou não algum tipo de plano de contingência, (3) se oferece produtos ou serviços através da internet, (4) se pretende buscar ou ingressar em algum tipo de plano de financiamento ou de apoio ao negócio através das linhas de crédito emergenciais ofertados por governos e bancos, (5) se reduziram estrutura, demitiram ou pretendem demitir funcionários e (6) quanto tempo acreditam que a crise vai perdurar.

De maneira geral os resultados obtidos sugerem que a crise provocada pela pandemia, já efetuou negativamente as MPEs da região. Embora as crenças das empresas sobre a duração da crise variem amplamente, os proprietários acreditam que durem até o final de 2020. As empresas têm se adaptado de formas diferentes e mais de 70% dos entrevistados afirmam que farão uso de programas oferecidos pelo governo como por exemplo o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Além disso muitos empresários relatam que devem pedir algum tipo de prorrogação nos

contratos de financiamentos vigentes. Ao mesmo tempo, muitas empresas relutaram em solicitar financiamento devido a preocupações com a complexidade requisitos de enquadramento.

Poucos são os precedentes para análises a partir de interrupções econômicas resultantes de crises como do COVID-19. Essa pesquisa explora as percepções de proprietários e gestores de micro e pequenas empresas, demonstrando as dificuldades e os recursos financeiros limitados, são barreiras para enfrentar esta crise. Os resultados obtidos sugerem que os programas de apoio e financiamentos, oferecidos pelo governo ou bancos privados, provavelmente desempenharão um papel importante para garantir a sobrevivência a médio prazo das empresas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo apresentam-se revisões da literatura sobre os temas fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, como o novo Coronavírus (SARS-CoV-2) e a denominação como doença, a COVID-19.

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Anualmente surgem milhares de novas empresas no mercado brasileiro, estimulados pela descoberta de novas demandas e pelo espírito empreendedor dos brasileiros. Neste contexto, segundo o (SEBRAE, 2018), mais de 90% do total das empresas ativas no país correspondem a micro e pequenas empresas, o que gera uma grande importância para estas, visto que 52% dos empregos e 27% da geração de riqueza do país são advindos destas organizações.

Não há unanimidade sobre a delimitação do segmento das micro e pequenas empresas, pois é apresentada uma variedade de critérios para a sua definição, tanto por parte da legislação específica, como por parte das instituições financeiras oficiais e órgãos representativos do setor, no qual ora baseia-se no valor do faturamento, ora no número de pessoas ocupadas, ora em ambos (LIMAS, 2009).

O Quadro 1 sintetiza os critérios adotados para o enquadramento das Micro e Pequenas Empresas no Brasil.

Quadro 1. Critérios de classificação das micro e pequenas empresas.

Critério	Micro e Pequenas empresas
SEBRAE N° de pessoas Empregadas.	Indústria e Construção: de 19 até 499 pessoas ocupadas; Comércio e Serviços: de 9 até 99 pessoas ocupadas
Estatuto das MPes –Lei Complementar 123/2006	ME: Receita Bruta Anual ou inferior a R\$ 360.000,00 EPP: Receita Bruta Anual entre 360.000,00 até 4.800.000,00.

Fonte: SEBRAE (2018)

Segundo (LONGENECKER, MOORE e PETTY, 1997, p. 27), a definição e classificação de uma empresa conforme o seu porte pode variar muito, isto se dá devido a serem adotados diferentes padrões para esta análise e enquadramento, como por exemplo: volume de faturamento, número de funcionários, etc.

Com isso, estas empresas desempenham um papel de fundamental importância para a economia dos países, pois geram oportunidades e aproveitam grande parcela da força de trabalho, além de estimularem o desenvolvimento empresarial (LEONARDOS, 1984)

Ressalta-se, também, algumas características próprias destas empresas, tais como: escassez de recursos; gestão centralizada; sistema de informações simples; forte presença de proprietários sócios e membros da família como mão-de-obra ocupada; propensão a riscos calculados e dependência de certos empregados (LIMAS, 2009). Diante dessas características, as micro e pequenas empresas sofrem algumas dificuldades e muitas acabam morrendo jovens. Vários são motivos que levam estas empresas à morte: falta de capital, dificuldade em obter financiamento, falta de mão-de-obra especializada, mudanças na política econômica do país. Contudo, destaca-se como um dos principais fatores que provocam essa mortalidade é a gestão ineficaz (VIEIRA, 2005).

ANÁLISES E ORIENTAÇÕES PARA NEGÓCIOS

A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2020) descreveu categorias de medidas que os governos, empresas, indivíduos precisam adotar nos lugares de trabalho antes de reverter as medidas de isolamento social. São medidas que devem sempre ser utilizadas em caso de crises epidêmicas, assim valem sempre para sociedade, economia, negócios e relações sociais. A saber para repartir devem ser avaliados:

A) CONTROLE

A transmissão COVID -19 deve ser controlada a um nível de casos esporádicos e grupos de casos, tudo a partir de contatos ou importações conhecidas; no mínimo, novos casos devem ser reduzidos a um nível que o sistema de saúde possa gerenciar com base na capacidade de assistência à saúde.

B) RECURSOS

Capacidades suficientes de força de trabalho e sistema de saúde em saúde pública estão disponíveis para permitir a grande mudança de detecção e tratamento de casos principalmente graves para detecção e isolamento de todos os casos, independentemente da gravidade e se há transmissão ou importação local.

C) VULNERABILIDADE

Os riscos de surto em ambientes de alta vulnerabilidade são minimizados, o que exige que todos os principais drivers ou amplificadores da transmissão COVID-19 tenham sido identificados, com medidas apropriadas para minimizar o distanciamento físico e minimizar o risco de novos surtos.

D) PREVENÇÃO

Medidas preventivas são estabelecidas nos locais de trabalho.

E) COMERCIO INTERNACIONAL

Gerenciar o risco de exportar e importar em casos de comunidades com alto risco de transmissão.

F) ENGAJAMENTO

As comunidades estão totalmente engajadas e compreendem que a transição das restrições de movimento em larga escala e das medidas sociais e de saúde pública -da detecção e tratamento de casos graves à detecção e isolamento de todos os casos -é um 'novo normal' em que medidas de prevenção seriam mantido, e que todas as pessoas têm papéis-chave na prevenção de um ressurgimento nos números de casos.

CORONAVÍRUS, SARS-COV-2 E COVID-19

A grande visibilidade recente do termo Coronavírus, traz uma falsa impressão

que é uma novidade, mas é preciso lembrar que existem vários tipos de Coronavírus. Estes são vírus cobertos com um genoma de RNA de cadeia positiva e pertencentes à família *Coronaviridae* e subfamília *Coronavirinae* (HOEK, PYRC e JEBBINK, 2004). A comunidade científica já estudou essa família de vírus a vários anos e já havia a identificação da presença de Coronavírus em “[...] camundongos, ratos, galinhas, perus, suínos, cães, gatos, coelhos, cavalos, gado e humanos [...]” e alertaram que essa família de vírus poderia causar “[...] uma variedade de doenças graves, incluindo gastroenterites e doenças do trato respiratório” (CHAVES e BELLEI, 2020). Como informa o Ministério da Saúde do Brasil, os primeiros casos de Coronavírus humano relatam de 1937, mas apenas em 1965, com os avanços da microscopia, os cientistas descreveram pela primeira vez esse tipo de vírus, o qual recebeu esse nome por se parecer com uma coroa (BRASIL, 2020).

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de caráter exploratório, pois busca entender sobre um assunto ainda pouco conhecido. Os estudos exploratórios buscam fomentar bases que podem conduzir novos estudos (DE SORDI, 2017, p. 62). Dessa maneira o seu valor não está na comprovação ou rejeição de pressupostos básicos, mas, em abrir caminhos e para a análise dos impactos da COVID-19, para as MPes

SELEÇÃO DA AMOSTRA

A amostragem é uma etapa de grande importância no planejamento da pesquisa tendo a capacidade de determinar a validade dos dados obtidos. O princípio fundamental refere-se "à coleta de dados relativos a alguns elementos da população e a sua análise, que pode proporcionar informações relevantes sobre toda a população" (MATTAR, 1996, p.132). Sendo assim, os entrevistados não foram escolhidos através de amostragem probabilística, mas através de conveniência, por serem acessíveis e julgamento, pois são boas e precisas fontes de informação (CRESWELL, 2007).

PERFIL DA AMOSTRA

Foram respondidos, por proprietários e gestores de MPes, de diversos setores da economia, ao todo 30 questionários, o perfil da amostra é demonstrado da seguinte

forma:

a) 56,7% das empresas são prestação de serviços, 33,3% comércio e 10% indústria.

b) 63,3% das empresas não possuem nenhum tipo de plano de contingência, onde 73,7% consideram importante ter plano de contingência, mas não possuem, 21,1% não tem conhecimento sobre planos de contingência e 5,3% não consideram importante planos de contingência.

CONDUÇÃO DO ESTUDO

O estudo foi conduzido através da aplicação de questionário estruturado, encaminhado por convite através de contatos de grupos e redes sociais de pequenos e micro empresários da região de Bragança Paulista/SP. O contato com os que se propuseram a responder, foi feito por meio de aplicativos de trocas de mensagens eletrônicas, pois devido as medidas de segurança impostas pelas autoridades de saúde, o encontro presencial ficou inviável.

Como já mencionado, os entrevistados são proprietários, sócios ou gestores de MPEs e estão representados por setores como, comércio, indústria ou serviços. A Tabela 1 demonstra os resultados.

Tabela 1: Número de entrevistados por setor

Setor	Total	%
Comércio	17	56,7
Indústria	10	33,3
Serviços	3	10,0
Total	30	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme demonstrado na Tabela 2, das 30 MPE'S estudadas, aproximadamente dois terços, ou seja 66,7%, não conseguem manter a folha de pagamento por mais de 30 dias com a interrupção das atividades, alerta o fato de que 26,7% dessas empresas não consegue honrar a folha com a paralização e apenas 10% delas conseguem manter por mais de 90 dias.

Tabela 2: Tempo que as empresas conseguem manter a folha de pagamento

Tempo de manutenção	Total	%
Não consegue	8	26,7
Até 15 dias	2	6,7
Até 30 dias	10	33,3
Até 60 dias	4	13,3
Até 90 dias	3	10,0
Mais de 90 dias	3	10,0
Total	30	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

Foi questionado aos entrevistados se possuem algum tipo de plano de contingência, e como demonstrado na Tabela 3, 66,7% não possui nenhum tipo de plano de contingência, quando apenas 33,3% possui algum tipo de recurso para imprevisibilidades, ao fazer o cruzamento dessas dados com os dados obtidos na Tabela 2, fica evidente que as empresas que tendem a passar por maiores dificuldades, são justamente as que não possuem planejamento adequado ou insuficiente, isso se justifica pois grande parte dessas empresas, tem recursos limitados e muitas vezes possuem gestão centralizada, sistema de informações simples, dificuldade em obter financiamento, além falta de mão-de-obra especializada (LIMAS, 2009; VIEIRA, 2002).

Tabela 3: Empresas que possuem planos de contingência

Plano de contingência	Total	%
Considera importante, mas não tem	14	46,7
Possui plano de contingência	10	33,3
Não tem conhecimento sobre planos de contingência	5	16,7
Não considera importante	1	3,3
Total	30	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

Conforme pode ser visto na Tabela 4, das 30 empresas estudadas, 21 (70%) afirmar quem vão solicitar o ingresso em programas emergenciais como o Programa Emergencial de Manutenção de Emprego e da Renda, ou ainda pretendem buscar financiamentos com bancos ou instituições financeiras particulares. Apenas cinco das empresas estudadas não tem a intenção de contas com algum tipo de programa de apoio.

Tabela 4: Intenção de ingressar em programas emergenciais

Ingresso em programas emergenciais	Total	%
Sim, pretendemos ingressar em programas emergenciais	21	70,0
Ainda não tomamos essa decisão	4	13,3
Não, vamos ingressar em programas emergenciais	5	16,7
Total	30	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

Com relação as restrições impostas pelas autoridades sanitárias, a Tabela 5 resume em números percentuais os impactos causados até o momento do estudo. Notamos que a maior parte das empresas estudadas, foram fortemente impactadas com reduções acima de 50% no volume de vendas ou de serviços prestados. Isso se explica pelas restrições impostas pelas autoridades sanitárias e pela pouca disponibilidade das empresas em oferecer vendas ou serviços pela internet, como é demonstrado na Tabela 6.

Tabela 5: Redução do volume de vendas ou serviços

Redução em vendas/serviços	Total	%
Redução de até 10%	7	23,3
Redução de até 30%	7	23,3
Redução de até 50%	2	6,7
Redução de até 70%	6	20,0
Redução acima de 70%	8	26,7
Total	30	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

A Tabela 6 demonstra entre as empresas estudadas as que vendem ou ofertam seus produtos ou serviços pela internet, entre as respostas obtidas mais da metade dos empresários ou gestores que responderam os questionários responderam que não utilizam esse canal. Foi solicitado aos que respondessem de forma negativa que dissertassem em poucas palavras os motivos da decisão, como demonstrados em alguns relatos a seguir:

A variedade de produtos que vendemos, atualmente são cerca de 5.000 itens, faz com que uma venda pela internet seja extremamente complicada e cansativa, pois temos que ficar mandando fotos e mais fotos, muitas vezes o cliente não sabe exatamente o que está buscando, então o processo se torna desgastante. (Proprietário de uma loja de utilidades domésticas).

Ainda não fazemos vendas pela internet, mas estamos nos preparando para isso, acreditado que no máximo em dois meses, vamos conseguir colocar nossos produtos e serviços no ar. Hoje o máximo que fazemos são anúncios

pontuais no Facebook. (Proprietária de um Pet-Shop).

Somos um bar, não existe nenhuma chance de vender pela internet. (Proprietário de um bar).

Já tentamos vender pela internet, mas os custos eram impraticáveis para a nossa empresa, tinha custo do cartão, custo do envio além de ter que pagar mensalidade do site, desistimos desse tipo de venda. (Proprietária de uma loja de tecidos).

Nota-se pelos relatos um evidente desconhecimento das possibilidades que a internet oferece, bem como a falta de acesso a tecnologias viáveis financeiramente e que proporcionem facilidade de uso. Essa é uma questão que deve ser tratada com muito zelo pelo empresariado, visto que não existe uma previsão assertiva de quanto tempo deve durar a pandemia, sendo assim, a utilização de vendas, divulgação e oferta de serviços via internet deve ser entendida como uma possibilidade de sobrevivência dessas empresas, caso as restrições e manutenção das medidas de distanciamento social sejam alongadas ou até mesmo retomadas após períodos de flexibilizações.

Tabela 6: Empresas que vendem ou ofertam serviços pela internet

Vendas pela internet	Total	%
Não vende ou não oferta serviços pela internet	17	56,7
Já vende ou oferta serviços pela internet	8	26,7
Não tem como ofertar produtos ou serviços pela internet	5	16,7
Total	30	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

Também foi observado segundo os gestores e proprietários dessas empresas, como apresenta-se na Tabela 7, que a grande maioria acredita que as medidas tomadas pelo governo federal para minimizar os efeitos causados pelas restrições da pandemia, estão erradas ou são insuficientes, sendo elas: a) publicação da Medida Provisória (MP) sobre medidas trabalhistas no período de pandemia; b) projeto de lei (PL) que cria uma renda mínima para trabalhadores informais e autônomos; e, c) linha de crédito para pequenas e médias empresas financiarem a folha de pagamento.

A primeira medida foi a publicação da MP n. 927/2020 de 22.03.2020 que versa sobre medidas trabalhistas para enfrentamento do período de Pandemia. Tendo como motivação teórica, o objetivo de proteger empresas e preservar empregos no período.

A segunda medida, por iniciativa do Congresso, refere-se à criação de renda

mínima ou auxílio emergencial temporário, para trabalhadores informais e autônomos. Essa medida veio inserida no Projeto de Lei n. 9.236/2017 que trata do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência.

A terceira medida foi o lançamento de linha de crédito pelo Banco Central (BACEN), em que o banco disponibilizará linha de R\$ 40 bilhões para financiamento da folha de pagamento de pequenas e médias empresas, por dois meses, restrito a trabalhadores que ganham até 2 salários mínimos. Os recursos serão operacionalizados pelos bancos comerciais, em que 85% serão de origem do Bacen e 15% dos bancos, com taxas de juros limitadas a Selic.

O objetivo dessas medidas passa pela urgência na preservação da saúde e em evitar um colapso social em decorrência da diminuição das ofertas de empregos e queda nas vendas e serviços prestados.

Tabela 7: Percepção sobre medidas tomadas pelo governo federal

Tempo para normalizar	Total	%
As ações e/ou medidas são insuficientes	12	40,0
As ações e/ou medidas são suficientes	2	6,7
As ações e/ou medidas tomadas até agora estão erradas	3	10,0
As ações e/ou medidas tomadas até agora estão certas	8	26,7
Não sei ou não quero opinar	5	16,6
Total	30	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

Com a observação dos dados apresentados nesse estudo, fica claro que nem o governo e muito menos as empresas estavam preparados para um cenário como o atual, evidente que os impactos sentidos pelas MPEs, são mais fortes que para as demais empresas, devido as limitações financeiras e dificuldades de acesso a linhas de crédito. Isso fica evidenciado com o lançamento das linhas de crédito oferecidas pelo BACEN, onde estão contempladas apenas as pequenas e médias empresas, deixando de envolver a micro empresas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho foi identificar quais impactos já são sentidos pelas micro e pequenas empresas, em decorrência das restrições impostas pelas autoridades sanitárias, devido a pandemia causada pelo coronavírus. Através da

distribuição de questionários para gestores e proprietários dessas empresas foi possível notar alguns pontos relevantes, como o fato de que a grande maioria das empresas não conseguem resistir a uma paralização maior que 30 dias, outro ponto que chama bastante a atenção é o fato de aproximadamente dois terços das empresas do estudo, não possuírem nenhum tipo de plano de contingência.

Demonstra-se também conforme relatos de alguns desses empresários as dificuldades das empresas em mudar o modelo do negócio, deixando de trabalhar apenas com as ofertas de produtos e serviços dentro de seus pontos de venda e passando a oferecer o mesmo em ambiente virtual. Isso se deve em grande parte a escassez de recursos e a gestão muitas vezes excessivamente centralizadas desses negócios.

É absolutamente evidente a alta relevância econômico-social das micro e pequenas empresas, dessa forma podemos perceber com este estudo que os desafios para superar esse momento crítico depende de muita informação, pois muitos empresários ainda veem a possibilidade de trabalhar com comércio eletrônico com certa desconfiança.

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), as perspectivas para o Brasil, na crise economia relacionada à pandemia de Covid-19, são grandes. Tomando como base as projeções para a evolução de 190 economias, no conjunto de 2020 e 2021, o Brasil, com contração de 5,3%, em 2020, e expansão de 2,9%, em 2021, ficará, na média acumulada dos dois anos, abaixo de 85% das demais economias (FMI, 2020).

Tempos como estes exigem uma liderança forte e resiliente nos cuidados de saúde, nas empresas, no governo e na sociedade em geral. Medidas imediatas de alívio precisam e devem ser implementadas e ajustadas para que os efeitos sejam minimizados. É necessário um plano de médio e longo prazo para reequilibrar e movimentar a economia após a superação da crise. Um amplo plano de desenvolvimento socioeconômico, incluindo planos de vários setores incentive o empreendedorismo e a inovação. É prudente e recomendado que os governos e as empresas passem a adotar planos de contingência e façam avaliações periódicas dos cenários que se apresentarem, para que dessa maneira os impactos de situações semelhantes sejam minimizados.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Este trabalho analisou 30 micros e pequenas empresas da região de Bragança Paulista e reflete o momento em que a pesquisa foi realizada. Dado o tipo de pesquisa adotado, as observações relatadas não podem ser generalizadas em função da metodologia de pesquisa adotada.

O fato deste estudo ter sido realizado durante a pandemia da Covid-19, propicia limitações, pois não se trata de um evento finalizado, encontrando-se em pleno processo evolutivo e plenamente presente.

SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

O objetivo dessa pesquisa foi realizar um estudo exploratório e como é natural nesse método, tem-se o surgimento de amplas possibilidades para novos estudos, que pode ampliar a amostra, tanto com base na faixa de empresas analisadas, bem como em outras regiões, estados ou até mesmo países. Devido a limitação da abrangência deste trabalho, a sugestão é que este estudo seja reaplicado com o uso de amostras probabilísticas, dessa maneira poder ter a possibilidade da generalização dos resultados.

Também se propõe que sejam verificadas as percepções em relações a outras empresas e locais, visto que por se tratar de uma situação com pouca literatura histórica, as mudanças e descobertas são constantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Coronavírus. **Ministério da Saúde**, 2020. Disponível em: <<https://www.coronavirus.saude.gov.br>>. Acesso em: 20 Maio 2020.

CHAVES, T. S. S.; BELLEI, N. SARS-CoV-2, o novo Coronavírus: uma reflexão sobre a Saúde Única (One Health) e a importância da medicina de viagem na emergência de novos patógenos. **Revista de Medicina**, São Paulo, 27 Fevereiro 2020. 99(1), i-iv.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2^a. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

CUCINOTTA, D.; VANELLI, M. WHO declares COVID-19 apandemic. **Acta Bio-Medica**: Atenei Parmensi, 2020. Disponível em: <<https://www.mattioli1885journals.com/index.php/actabiomedica/article/view/9397>>.

Acesso em: 20 maio 2020.

DE SORDI, J. O. **Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 2017.

FMI. <https://www.imf.org/en/Countries/BRA>. **Fundo Monetário Internacional**, 2020.

Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Countries/BRA>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

GORBALENYA, A. E. E. A. **Severe acute respiratory syndrome-related coronavirus: the species and its viruses—a statement of the Coronavirus Study Group**, 2020. Disponível em:

<<https://www.biorxiv.org/content/10.1101/2020.02.07.937862v1.full.pdf>>. Acesso em: 15 Maio 2020.

HOEK, L. V. D.; PYRC, K.; JEBBINK, M. Identification of a new human coronavirus. **Nature Medicine**, 2004. 368-373.

LEONARDOS, R. B. **Sociedades de capital de risco: capitalização da pequena e média empresa**. 2ª. ed. São Paulo: Codimec, 1984.

LIMAS, C. E. A. **Sistemas integrados de gestão – ERP: Benefícios esperados e problemas encontrados na implantação em pequenas empresas brasileiras**. Ponta Grossa: Universidade Federal do Paraná, 2009.

LONGENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PETTY, J. W. S. P. M. B. **Administração de pequenas empresas: ênfase na gerência empresarial**. São Paulo: Makron Books, 1997.

MATTAR, F. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Atlas, 1996.

SEBRAE. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**, 2018. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 02 Fevereiro 2020.

VIEIRA, M. M. F. E. Z. D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

WHO. Getting your workplace ready for COVID-19. **World Health Organization**, 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/advice-for-workplace-clean-19-03-2020.pdf>>. Acesso em: 21 Junho 2020.